

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NO ALMOXARIFADO CENTRAL

Termo de referência para aquisição de materiais para uso no Almojarifado Central	Data 21/05/2021	Versão 1.0
--	--------------------	---------------

SUMÁRIO

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA.....	3
2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS.....	3
3. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DAS AMOSTRAS	3
4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO.....	6
5. DAS VALIDADES.....	8
6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS.....	9
7. DOS DEVERES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.....	9
8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	11
9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
10. EQUIPE DE ELABORAÇÃO	13

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO TOTAL

ANEXO II – QUANTITATIVO ESTIMADO PARA O PRIMEIRO PEDIDO

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

- 1.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo a aquisição de materiais para uso no Almojarifado Central do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS

- 2.1. As especificações dos materiais que serão adquiridos e suas respectivas quantidades encontram-se descritas no Anexo I do presente Termo.
- 2.2. Os materiais deverão ser fornecidos em embalagens lacradas e adequadas a seu transporte e conservação, contendo a identificação do conteúdo, da quantidade, do lote de fabricação e da validade, bem como demais informações e condições de comercialização e armazenamento exigidas na legislação em vigor e presentes neste Termo.
- 2.3. Não serão aceitos, em hipótese alguma, materiais usados, reconicionados ou fora das exigências.

3. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DAS AMOSTRAS

- 3.1. Na proposta de preço deverá constar:
- 3.1.1. O prazo de validade (o qual não poderá ser inferior a **noventa dias**);
- 3.1.2. A discriminação detalhada do material ofertado, incluindo, quando aplicável, marca e modelo;
- 3.1.3. A quantidade solicitada;
- 3.1.4. Os valores unitário e total;

-
- 3.1.5. O prazo de entrega;
- 3.1.6. Dados relacionados à sociedade empresária, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.
- 3.2. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas que possam influir direta ou indiretamente nos custos, tais como tributos, licenças, análises laboratoriais, transporte, pedágios, estadas, multas, mão de obra para carga/descarga dos materiais, dentre outros.
- 3.3. O Órgão Fiscalizador poderá, discricionariamente, solicitar a apresentação de amostras, fichas técnicas, catálogos e/ou prospectos dos itens do lote, para fins de avaliação do cumprimento das especificações do Anexo I.
- 3.3.1. A amostra deverá ser apresentada no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva notificação feita pelo Órgão Fiscalizador;
- 3.3.2. O ônus de entregar as amostras é exclusivo da arrematante. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pela licitante.
- 3.3.3. Não serão consideradas excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem risco inerente à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pela arrematante para efetuar a entrega.
- 3.3.4. A amostra, caso solicitada e ainda que unitária, deverá vir na embalagem original, quando aplicável, a fim de que haja possibilidade de avaliação quanto às informações exigidas por Lei, de acordo com o item 2.2 deste Termo.

- 3.3.5. A amostra deverá ser entregue na Gerência de Almoarifado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua Amazonas, 107A, São Cristóvão - Rio de Janeiro, CEP. 20.920-370, após agendamento pelo telefone (21) 3878-1476 ou pelo e-mail almoarifado@mprj.mp.br
- 3.4. A critério do Órgão Fiscalizador, a empresa poderá ser dispensada de apresentar amostra, caso já tenha fornecido anteriormente o mesmo material ofertado, sendo a utilização do mesmo aprovada pelo MPRJ.
- 3.5. Poderá a amostra, a critério do Órgão Fiscal, em decisão fundamentada, ser enviada a instituições especializadas, para verificação da conformidade com as especificações, caso em que o prazo para análise será o indicado pela referida instituição e os custos com as análises serão arcados pela licitante provisoriamente detentora da melhora proposta.
- 3.6. Para efeito de avaliação do material será levada em conta a conformidade com as especificações e características, o acabamento e a funcionalidade. Os fatores serão analisados em conjunto, levando-se em consideração o fim a que se destinam os materiais e, principalmente, o seguinte:
- 3.6.1. **Quanto ao acabamento** – Esmero na fabricação do material, como, por exemplo, sem vazamentos, amassados e/ou quaisquer outras falhas de fabricação;
- 3.6.2. **Quanto à funcionalidade** – Se atende ao correto manuseio e está de acordo com as exigências citadas nas especificações.
- 3.7. Caso a amostra não seja aprovada, poderá, a juízo do Órgão Fiscalizador, ser concedido o prazo de até **05 (cinco) dias úteis** para a sociedade empresária apresentar nova amostra que atenda às especificações constantes no Anexo I deste Termo.

- 3.8. Em caso de não aprovação da amostra a empresa deverá retirar a mesma no prazo de **10 (dez) dias consecutivos**, após o qual poderá ser dada a destinação que melhor convier a este *Parquet*, sem compensação financeira à contratada.
- 3.9. A amostra aprovada **fará parte** do quantitativo a ser entregue ao Ministério Público do Rio de Janeiro.
- 3.10. Não serão permitidos ajustes ou modificações no material entregue como amostra, depois de decorrido o prazo da notificação.
- 3.11. A aprovação da amostra será condição para a adjudicação do objeto à empresa detentora da melhor proposta.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

- 4.1. O prazo máximo para a entrega dos produtos será de **10 (dez) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva Nota de Empenho.
 - 4.1.1. O ônus de entregar os bens/equipamentos/materiais é exclusivo da contratada. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pela contratada.
 - 4.1.2. Não serão consideradas excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem risco inerente à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pela contratada para efetuar a entrega.
- 4.2. O pedido do presente contrato será efetuado em uma única vez, representando assim, o quantitativo total.

- 4.3. No ato da entrega do material, juntamente com a Nota Fiscal, deverá ser entregue cópia da Nota de Empenho.
- 4.4. A respectiva nota fiscal deverá estar devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40.
- 4.5. O material deverá ser entregue no Almojarifado Central deste Ministério Público, situado na Rua Amazonas, nº 107A, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ.
- 4.6. O agendamento da entrega, com no mínimo **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, é requisito para o recebimento dos objetos e deverá ser feito através do telefone (21) 3878-1785, (21) 99679-8366 ou do e-mail almojarifado.op@mprj.mp.br.
- 4.7. Caso não seja observado o agendamento prévio, poderá o Órgão Fiscalizador recusar a entrega e/ou retirada, sempre que houver risco ao bom andamento do serviço no Almojarifado Central.
- 4.8. O material contratado será recebido da seguinte forma:
 - 4.8.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega pelo Órgão Fiscalizador, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações. Caso não haja qualquer impropriedade explícita ou problema relativo à origem da aquisição, será atestado esse recebimento.
 - 4.8.2. **Definitivamente**, em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal, depois de comprovada a adequação aos termos da proposta, à nota de empenho e à amostra aprovada.
- 4.9. Caso não seja aprovado, a empresa contratada deverá efetuar a troca de todo material referente àquele item do lote no prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da respectiva notificação.

- 4.10. O Ministério Público se reserva o direito de não receber o material que não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência.
- 4.11. O Órgão Fiscalizador poderá efetuar, por amostragem, nova análise dos produtos entregues, submetendo-os às mesmas verificações estipuladas para a amostra, sendo os custos com eventuais análises laboratoriais arcados pela empresa contratada.
- 4.12. Materiais excedentes ao quantitativo também deverão ser retirados no prazo de **10 (dez) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva notificação, sob pena de autorização tácita para a destinação que melhor convier ao Ministério Público, sem gerar direito de indenização à contratada.
- 4.13. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou ainda em outros requisitos como condição para pagamento por parte da contratada, importará na prorrogação automática do prazo para pagamento do material adquirido.
- 4.14. O material deverá ser entregue integralmente, salvo motivo superveniente devidamente justificado e desde que aceito pelo Órgão Fiscalizador.
- 4.15. O prazo para pagamento das notas fiscais se iniciará somente após o recebimento integral dos itens previamente solicitados pelo Órgão Fiscalizador, observando-se o disposto no item 4.8.2.

5. DAS VALIDADES

- 5.1. Os materiais especificados no presente Termo de Referência deverão ter prazo mínimo de validade de **11 (onze) meses** na data da entrega, caso se aplique.

6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

- 6.1. A contratada ficará obrigada, a partir da data da respectiva entrega e durante o período especificado no item 5.1, a prestar garantia aos produtos entregues, devendo substituir, no todo ou em parte, as suas expensas, no prazo de **10 (dez) dias consecutivos** contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva notificação enviada pelo Ministério Público acerca do problema, quaisquer materiais que apresentem defeitos, vícios ou que tenham sofrido danos ou avarias, de qualquer espécie, no transporte ou descarga, de forma que comprometam seu uso regular e adequado.
- 6.2. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a substituição.

7. DOS DEVERES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 7.1. Caberá à CONTRATANTE as seguintes medidas decorrentes desta contratação:
- 7.1.1. Proporcionar as condições indispensáveis à boa execução do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos necessários;
 - 7.1.2. Verificar se o material entregue pela contratada está de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Termo;
 - 7.1.3. Solicitar por escrito a substituição dos materiais que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a especificação;
 - 7.1.4. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, previstas no Termo de Referência;
 - 7.1.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

- 7.2. Competirá à CONTRATADA:
- 7.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
 - 7.2.2. Efetuar a entrega integral do objeto no prazo e no local constante neste Termo de Referência, observando as especificações presentes no Anexo I;
 - 7.2.3. Entregar o material acompanhado do respectivo documento fiscal e da Nota de Empenho;
 - 7.2.4. Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 7.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 7.2.6. Responder, toda e qualquer notificação enviada pelo Órgão Fiscalizador em até **02 (dois) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva notificação;
 - 7.2.6.1. Em caso de descumprimento, os prazos constantes na notificação se iniciarão automaticamente após os **02 (dois) dias úteis**.
 - 7.2.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição;
 - 7.2.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento;
 - 7.2.9. Recuperar áreas ou bens direta ou indiretamente relacionados ao seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a prejudicá-las.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa de mora, no percentual de **1% (um por cento) por dia útil** de atraso injustificado no adimplemento da obrigação (fornecimento, substituição de material ou cumprimento de garantia), calculada sobre o valor contratual atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de **10% (dez por cento) do valor do presente contrato**;

8.1.2.1 A mora da contratada está limitada ao prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**;

8.1.3. Multa pela inexecução total ou parcial do contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no **percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou do empenho**;

8.1.4. Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por prazo **não superior a 02 (dois) anos**;

8.1.5. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de **até 05 (cinco) anos**;

8.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

8.2. Consideram-se passíveis da sanção de advertência as faltas reputadas de natureza leve, assim compreendidas aquelas de reduzido grau de reprovabilidade e que não tenham acarretado prejuízos consideráveis à regular execução contratual, tais como pequenos atrasos e impontualidades.

- 8.3. São puníveis com a suspensão temporária junto ao CONTRATANTE a CONTRATADA que adotar comportamentos com considerável grau de reprovabilidade e gravidade, tais como a inexecução parcial do contrato, a não manutenção das condições de habilitação durante toda a execução contratual, o descumprimento deliberado e reiterado dos prazos e das obrigações previstas no Contrato.
- 8.4. O impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual poderá ser aplicado à CONTRATADA que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 8.5. Será considerada inidônea a CONTRATADA que praticar condutas altamente reprováveis e que acarretem graves prejuízos ao CONTRATANTE e/ou à Administração Pública, tais como os crimes tipificados nos artigos 90, 91, 93, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.666/93, assim como conluíus, fraudes, falsidades e quaisquer outras condutas que venham a frustrar os objetivos e os princípios da licitação e contratação pública.
- 8.6. As multas previstas nos subitens 8.1.2 e 8.1.3 podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades e têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado prejuízo pecuniário ou imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade do material fornecido.

- 9.2. Ao Órgão Fiscalizador caberá decidir os casos omissos, relativos às especificações ou quaisquer documentos que se refiram, direta ou indiretamente, à aquisição em questão.

10. EQUIPE DE ELABORAÇÃO

<i>SETOR/UNIDADE</i>	<i>RESPONSÁVEL/CARGO</i>
Gerência de Almoarifado	Carlos Augusto dos Santos Puga Técnico do Ministério Público Matrícula 3206
Gerência de Almoarifado	André Ferreira Lepre Gerente de Almoarifado em exercício Matrícula 6600

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO



ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO TOTAL

ITEM	CÓDIGO	LOTE ÚNICO - ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1.1	200002298	Estilete retrátil 6"	UN	84		
1.2	200002410	Lâmina para estilete 6" (blister com 10 unidades)	BT	400		
1.3	200001822	Prancheta de alumínio e prendedor em aço inox	UN	39		
1.4	200004184	Saco plástico PP 20x30 cm	UN	5.800		
1.5	200003827	Saco plástico PP 10x20 cm	UN	3.300		
1.6	200002301	Bolsa plástica alça camiseta 60x75 cm	UN	6.500		